

Año 2013 – Núm. 17 (2ª época)

O PELOURINHO

Boletín de Relaciones Transfronterizas

Diputación de Badajoz

Sumario

- 15 A PRAÇA-FORTE DE CASTELO DE VIDE. FORÇAS E FRAQUEZAS DA
 ESTRUCTURA DEFENSIVA.
 Francisco de Sousa Lobo
- 37 MALTRATOS Y DESTRUCCIONES EN EL PATRIMONIO MONUMENTAL
 DE NUESTRO ENTORNO.
 Moisés Cayetano Rosado
- 81 A FORTIFICAÇÃO DE MARVÃO, ORIGENS E CONTEXTO.
 Jorge de Oliveira
- 95 ATENTADO CONTRA EL PATRIMONIO DE LA RAYA IBÉRICA. VACIADO
 DEL BALUARTE DE SAN JUAN DE DIOS EN OLIVENZA.
 Juan Manuel Vázquez Ferrera
 Luis Alfonso Limpo Piriz
- 161 LOS CASTILLOS DEL PARQUE TAJO INTERNACIONAL
 Francisco Rivero

O PELOURINHO
Boletín de Relaciones Transfronterizas

Núm. 17 (2ª época). Año 2013
DIPUTACIÓN DE BADAJOZ

Dirección:
Moisés Cayetano Rosado
Coordinación y Edición:
Faustino Hermoso Ruiz

Foto de portada: *Fortaleza de Marvão (Moisés Cayetano)*
Foto de contraportada: *Fortaleza de Castelo de Vide (Moisés Cayetano)*

Depósito Legal: BA 103/94
ISSN: 1136-1670
Imprime: *Imprenta Diputación Provincial de Badajoz*



Casa del Gobernador del Puente de San Cristóbal antes de la restauración.
Foto: Universidad UCLM



Casa del Gobernador del Puente de San Cristóbal. Foto de "Universitat UCLM"
Foto de "Universitat UCLM"

A FORTIFICAÇÃO DE MARVÃO, ORIGENS E CONTEXTO

JORGE DE OLIVEIRA

(CHAIA-Univ. de Évora)



Para se compreender a origem da fortificação de Marvão no topo da crista quartzítica daquele contraforte da Serra de S. Mamede teremos que entender a dinâmica da antropização das margens do Rio Sever, principal curso de água que modela a paisagem desta região. Contrastando com as secas planuras do outro Alentejo, os estreitos vales da faldada norte de Marvão oferecem solos leves e bem drenados amenizados por um micro clima que propiciou a fixação humana destas épocas muito recuadas. As comunidades humanas mais antigas, durante o Paleolítico, procuravam os verdadeiros vales drenados por cursos de água permanentes. No Concelho de Marvão as margens do Rio Sever foram o cenário eleito. Sempre que este rio corre menos encaixado, sobretudo na zona Norte do Concelho, onde o Sever se espraia mais, ou se contorce em torno de algum acidente geológico, não é difícil encontrar testemunhos artefactuais das comuni-

dades do Paleolítico Final. Nas cascalheiras da Mãe-Velha, nas praias do Batão e das Amoreiras, ou por entre os grandes afloramentos de Vidais, os instrumentos de pedra lascada testemunham como as comunidades de recolectores / caçadores procuravam as margens do Rio Sever para obterem o seu sustento.

Quando o Neolítico começava a dar os primeiros passos o homem procura abrigos com algumas defesas naturais, mas não muito longe dos ambientes que os seus antepassados elegeram e dos quais, parcialmente, ainda dependiam, as grandes formações graníticas ou calcárias do actual concelho de Marvão, não muito afastadas do sempre disponível Sever.

Os povoados dos Pombais, Batão, Cova da Moura, Retorta e sobretudo de Vidais são claros exemplos dessa ocupação. Mas é em Vidais, provavelmente porque é o mais estudado, que os testemunhos materiais indiciam uma longa e continuada ocupação. E é neste ambiente de comunidades que, gradualmente, trocaram uma economia de recolção por uma de produção, baseada na agricultura e na pastorícia, que emergem as manifestações megalíticas. Em suaves encostas, maioritariamente viradas ao Rio Sever, umas vezes disfarçadas por entre os grandes afloramentos graníticos, outras dominando os pequenos vales, fonte do sustento dos seus construtores, vinte e sete dólmenes monumentalizaram, pela primeira vez, as enrugadas paisagens de Marvão. Desses longínquos tempos neolíticos conhecem-se, na área do concelho de Marvão, para além de vinte e sete antas, três menires.

Quando as influências orientalizantes se começam a fazer sentir mais e a metalurgia desponta nesta zona do Alentejo, as comunidades que até aí se estabeleciam em habitats de pouca altitude procuram agora cotas mais altas e naturalmente protegidas e o Concelho de Marvão não foge a esta regra. Os povoados sobranceiros ao Rio Sever são abandonados e os cumes dos cerros começam a ser fortificados. Desde os finais do Calcolítico até à chegada dos Romanos pontos estratégicos das principais linhas de cumeeada passam a ser espaços de vivência humana. O Castelo de Vidago, o do Corregedor e o da Crença testemunham essas épocas conturbadas que se viveram nas imediações de Marvão. Uma, ou mais linhas de muralhas, envolvem estes aglomerados urbanos. Casas quadrangulares, ou redondas, outrora provavelmente cobertas por giestas anexam-se umas às outras aproveitando da melhor forma o pouco espaço que as muralhas protegiam.

A crista quartzítica que sustenta Marvão parece inserir-se neste tipo de estratégia que as comunidades, sobretudo as da segunda Idade do Ferro, adotaram, tanto na área do concelho de Marvão, como em toda a Serra de S. Mamede.

Com a chegada dos Romanos, outra página começa ser escrita nas terras de Marvão. As comunidades que sobreviviam nos alcantilados montes descem, de novo, aos vales. Mais pela força das armas do que por vontade própria, como os vestígios arqueológicos bem o demonstram no Castelo de Vidago, os povoados fortificados da Idade do Ferro sucumbem e as terras com melhor aptidão agrícola começam a ser intensamente exploradas. Várias villae e casais agrícolas redesenham a paisagem de Marvão. No Vale da Aramenha, em terras pesadas e férteis e onde a água abunda, pelos inícios do século I, os Romanos instalam uma nova cidade. Ammaia se chamava. Mais do que um grande centro cosmopolita, reconhece-se hoje que Ammaia terá sido uma cidade de lazer, satélite da grande Mérida. Os influentes e poderosos togados que veraneavam em Ammaia rapidamente a transformam política e arquitetonicamente. Pouco tempo depois da sua fundação, ao tempo de Cláudio, recebe a categoria de Civitas, alguns anos depois, já com Nero senhor de Roma, ascende a Municipium.

Sem expressas preocupações defensivas, porque a “paz romana” existia, sucumbe com a desorganização do império e a chegada dos bárbaros. Entre o século V e o IX, já em decadência, um provável cataclismo, eventualmente o galgamento de uma barragem que reforçaria o abastecimento de água à cidade, cobre sobretudo a parte baixa de Ammaia com um mar de lama e pedras, arrastadas pela força das águas incontroláveis. Apenas os muros mais altos e resistentes sobressaem do inespulado e rápido aterramento da cidade.

Com a decadência da estrutura política romana, assiste-se, à pulverização da grande cidade e, em paralelo, a um enxameamento de pequenos núcleos habitacionais implantados em zonas bem disfarçadas na paisagem. A instabilidade que se vive desde o século V até, praticamente, à época da Reconquista Cristã terá contribuído para essa nova reorganização na ocupação do território do actual concelho de Marvão. Mais de uma vintena de pequenos núcleos, alguns rasgados por arruamentos, atribuíveis à Alta-Idade-Média, espalham-se, sobretudo por entre os grandes afloramentos graníticos que marcam a paisagem das encostas

envolventes de Marvão. Mas a grande formação quartzáica que sustenta Marvão parece não ter estado alheia a todos estes e outros episódios.

Reconhece-se hoje como seguro que a mais antiga referência escrita relacionada com Marvão é a crónica de Isa Ibn Áhmad ar-Rázi, datável do século X, onde se lê: ... o Monte de Amaia, conhecido hoje por Amaia de Ibn Maruán é um monte alto e inexpugnável, a leste da cidade de Amaia-das-Ruínas, situada sobre o Rio Sever. Como nos diz o seu autor, nesse mesmo texto, provavelmente baseado em crónicas dos finais do século IX sobre as actividades bélicas de Ibn Maruán, existiria uma Fortaleza de Ammaia-o-Monte. Esta fortaleza de que fala a referida crónica poderia ser conotada com a torre árabe que se levanta sobre um dos torreões defensivos da porta Nascente da cidade de Ammaia, contudo, nem as ruínas de Ammaia estão implantadas num monte, nem esta torre ofereceria a capacidade defensiva que Ibn Maruán procurava. O ambiente de conflitualidade gerado pelas manifestações autonómicas do muladi Ibn Maruán, obrigá-lo-iam a procurar refúgios com capacidades defensivas que o vale da Ammaia não oferece. Parece, assim claro, que o monte sobranceiro ao Sever, nas imediações da Amaia-das-Ruínas, é o que hoje sustenta a Vila de Marvão e que recebeu o nome daquele que aí mandou construir uma fortaleza nos finais do século IX. Pelo menos nessa data, e baseados, unicamente, na documentação escrita, poder-se-á afirmar que no cerro de Marvão foram levantadas estruturas defensivas. Contudo, se atendermos à estratégia de ocupação humana na Serra de S. Mamede, verificamos que os cerros mais notáveis envolventes do maciço central e com largo domínio visual sobre os patamares envolventes, entre os quais se inscreve a actual vila de Marvão, todos possuem vestígios de ocupação atribuíveis à Idade do Ferro.

Embora, não tenha ainda sido detectado qualquer testemunho arqueológico no cerro de Marvão relacionado com a Proto-História, não excluímos a hipótese de no local de cota mais elevada se ter erguido, em época anterior à fortificação de Ibn Maruán, algum habitat pré-romano, que terá sobrevivido até à romanização.

Ainda que durante o domínio romano os vales férteis da Serra de S. Mamede fossem preferencialmente procurados e nos solos argilosos de Aramenha se tivesse fundado a Cidade de Ammaia, sem grandes preocupações defensivas, em períodos de maior instabilidade, as guardas romanas procurariam, pelo menos, criar alguns pontos de atalaia

para protecção da sua civitas. O cerro de Marvão configurava-se, nestas condições, no local ideal para implantação de alguma estrutura militar. Se nenhuma edificação de tradição defensiva pré-existisse, ao tempo de Ibn Maruán, no cerro onde veio a levantar a sua fortaleza, dificilmente se explicaria a opção por este lugar, considerando que nas imediações existem outras elevações que lhe garantiriam semelhantes defesas naturais e ao mesmo tempo a água necessária à sobrevivência em caso de cerco. A resolução do problema de falta de água no inóspito afloramento quartzáico poderá ter sido solucionado pela gentes de Ibn Maruán com a construção de alguma cisterna, que recolhesse e conservasse a água da chuva. A pequena cisterna situada no interior do principal reduto defensivo de Marvão, junto à actual torre de menagem, poderá remontar às suas origens ao século IX, embora apresente claros sinais de trabalhos de reconfiguração na Idade Média.

Com a conquista e refortificação de Marvão, pelos cavaleiros da cristandade, assiste-se, então, ao gradual abandono da maior parte dos habitats da Alta-Idade-Média. Marvão terá chamado a si, nessa altura, as gentes que, de forma algo dispersa, ocupavam os pequenos vales desde a decadência do Império Romano, constituindo-se, assim, como um dos espaços fortificados mais importantes a Sul do Tejo durante a Primeira Dinastia.

Entre 1160 e 1162 Marvão terá passado para o controlo das gentes de Afonso Henriques. Nada nos informa se esta passagem resultou de um assédio por parte dos cristãos aos que fiéis a Alá viviam no alcandorado moarro fortificado em 877 por Ibn Maruán. Provavelmente os seguidores de Maomé terão abandonado pacificamente o morro e pouco tempo depois, Afonso Henriques, entrega estas terras à gestão dos monges-cavaleiros do Templo. Marvão fazendo agora parte da Monarquia Portuguesa, de imediato, passa a ocupar lugar de relevo na administração militar e política da vasta região a sul do Tejo. A sua importância resultaria, naturalmente, da sua estratégica posição no topo de uma inacessível crista quartzáica, mas também, de uma velha tradição administrativa que entroncava no vasto território tutelado pela cidade de Ammaia, situada a escassos quatro quilómetros da vila de Marvão. Embora não conheçamos em pormenor os limites administrativos do “Municipium Ammaense”, sabemos que eles eram amplos e, com grande probabilidade vieram a refletir-se na carta de demarcação do termo de Marvão que lhe foi outorgado por D. Sancho

II, em 1226. Se não existisse ainda essa memória territorial dificilmente poderíamos entender os limites apresentados pelo documento medieval. Se bem verificarmos a cidade de Ammaia situa-se no centro deste vasto território. Parece, então, que a demarcação medieval do território de Marvão terá seguido uma tradição centenária, delimitada ao tempo em que a cidade de Ammaia dominava esta região.

O vasto território, como se lê no documento publicado por Laranjo Coelho, em 1924, abarcava praticamente todo o atual distrito de Portalegre e uma larga faixa de território da vizinha província de Cáceres, até bem perto de Malpartida de Cáceres. O limite norte era demarcado pelo Rio Tejo, desde a foz do Ocreza (foz oclesa), passando pela Amieira (ameiram). A ponte o limite seria o rio Sor ou, mesmo a Ponte de Sôr (Sonor) e depois passaria por Seda, ou pela ribeira de Seda (seda). A Ribeira Grande seria outro limite e, naturalmente a zona de Fronteira, cujo topónimo assim o determina. O limite passaria por Assumar (asiima ou asuma), daí seguiria para Campo Maior (castellum de monte maiori), passando a Ouguela (ugela). A linha de limite entraria no rio Xévorá (seuera) e daí seguiria perto de Albuquerque, na zona de (daroches), infletia para o planalto de El Palancar (planum de alpalancer) até à cumeda da Serra de S. Pedro (serra de sancto petro quae vertente aquas). Da Serra de S. Pedro, a meio caminho de Cáceres, a linha de limite do território seguia para norte, em direção ao Rio Tejo (directum ad tagum).

Por pouco tempo este vasto território ficou sob a administração de Marvão. O Tratado de Alcanices, assinado a 12 de Setembro de 1297 pelos reis D. Dinis, de Portugal e Fernando IV, de Castela de Aragão fez perder, de imediato, a parte do território hoje espanhol. Desse tratado resultou a definição da fronteira entre Portugal e Castela que em grande parte ainda hoje se mantém. Gradualmente, ao longo dos séculos XIII, XIV e XV, outros concelhos, com os seus respetivos territórios, foram-se constituindo e autonomizando em relação a Marvão.

Passada a época conturbada da Reconquista, Marvão manter-se-á atalaia sobre a vizinha Castela, constituindo-se, acima de tudo, como um espaço militar algumas vezes redesenhado para se adaptar às novas guerras. Mas estas adaptações, sobretudo tendo em conta a pirobalística, pouco se fizeram sentir em Marvão quando comparado com outras praças de fronteira. A ausência de “padrasto”, como se diz na gíria militar, apenas gerou alterações pontuais em zonas menos defensáveis, man-

tendo Marvão a estrutura militar medieval quase intocável. Essas reconfigurações são hoje observáveis nas estruturas abaluartadas que protegem a Porta da Vila, Porta de Ródão e Porta da Traição. As outras duas portas, porque viradas a norte e a sul, respetivamente, onde as pendentes são mais acentuadas e o acesso muito difícil não foram reforçadas como os novos sistemas defensivos. Tais são as encostas de Marvão, que um autor do século XVIII escrevia que as suas muralhas mais serviam para evitar que os de dentro caíssem do que os de fora entrassem. E, assim, a vila de Marvão abraçada pela sua cintura de muralhas medievais mantem-se incólume vigiando a história que passa.

Bibliografia

- ALMEIDA, Nelson (2002) – *Pré-História antiga no Nordeste Alentejano. Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão*. 12, 185-197.
- ARRAIS, Frei Amador (1589-1974) – *Diálogos de Frei Amador Arrais. Introdução e Revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello e Irmão – editores* (1974), (Cap. X, 114-3 / 115-1), p. 241-242,
- ARRUDA, A. M. e CATARINO, H. (1981) – *Nota acerca de alguns materiais da II Idade do Ferro do complexo arqueológico dos Vidais (Marvão)*. *Clio. Lisboa*, Vol. 3, p. 183-188.
- CARDOSO, Pe. Luiz (1751) – *Dicionário Geográfico ou Notícia Histórica. Lisboa. Tomo II*.
- CARNEIRO, André (2002) – *O fim do império e a cristianização no território da civitas ammaienensis: mudança e continuidade no concelho de Fronteira. Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão*. 12, p. 135-157.
- COELHO, Possidónio M. Laranjo (1924/2001) – *Terras de Odiana - Subsídios para a sua História Documentada. Edição fac-símile da edição de 1924. Introdução de António Ventura. Ibn Maruán (edição especial)*. 11.
- DIAS, Ana C.; OLIVEIRA, Jorge de (1981) – *Monumentos Megalíticos do Concelho de Marvão. Assembleia Distrital de Portalegre. Portalegre*.
- ESPINO, David M. Duque (2002) – *Aproximación a la evolución del paisaje vegetal neolítico de la cuenca del río Sever, a partir de los datos antracológicos*

preliminares de vários monumentos megalíticos. *Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão*. 12, p. 199-230.

FERNANDES, Isabel Cristina; MENDES, J. Caria (1985) – Alguns dados bioantropológicos da estação arqueológica dos Pombais (Marvão). *Arquivo de Anatomia e Antropologia*. Lisboa. Instituto de Anatomia Normal. Vol. XXXIX, p. 221-233.

FERNANDES, Isabel Cristina (1985 b) – Espólio da necrópole dos Pombais (I). In *Actas das 1as Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*. Castelo de Vide (1985). p. 101-116.

FERNANDES, Isabel Cristina; OLIVEIRA, Jorge de (1995) – Os mosaicos romanos do Gárriancho (Beirã-Marvão). *Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão*. 5, p. 13-23.

FERNANDES, Lúcia Maria Marques (2001) – Capiteis romanos de Ammaia (S. Salvador de Aramenha- Marvão). O Arqueólogo Português. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Série IV, 19, p. 95-158.

FREIRE, José Geraldes (1982) – Mulher de Amaia curada em la Rioja (Castelão). *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*. 4, Abril, p. 42.

GUERRA, Amílcar (1995) – Plínio-o-Velho e a Lusitânia. *Coleção Arqueologia & História Antiga*. Lisboa: Edições Colibri. p. 42, 43, 138 e 139.

GUERRA, Amílcar (1996) – Ammaia, Medobriga e as ruínas de S. Salvador de Aramenha: dos antiquários à historiografia atual. *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*. 11, p.7-32.

IMPORTANTES DESCOBERTAS (1979) – Importantes descobertas no povoado da Idade do Cobre de Vidais (Marvão). *Clio*. Lisboa, 1, p. 178-9.

JALHAY, Eugénio (1947) – Epigrafia amaiense. *Contribuição para o estudo da Aramenha romana (concelho de Marvão)*. Brotéria. Lisboa. XLV, 6, p. 615-633.

LEÃO, Duarte Nunes de (1758) – Descrição do Reino de Portugal. Lisboa: Of. De Simão Thadeo Ferreira. Cap. 4.

MACHADO, J. L.; GORJÃO, Sérgio (1993) – O atual concelho de Marvão e suas freguesias nas memórias paroquiais de 1758. *Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão*. 3, p. 51-83.

MANTAS, Vasco Gil (2000) – A sociedade luso-romana do município de Ammaia. In *Sociedade y Cultura en Lusitania Romana – IV Mesa Redonda Internacional. Mérida: Série Estudos Portugueses*. p. 391-419.

Idem (2002) – Libertos e escravos na cidade luso-romana de Ammaia. *Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão*. 12, p. 49-68.

Idem (2003) – Novidades epigráficas de Ammaia (S. Salvador de Aramenha, Marvão). In *Au Jardin des Hespérides. Histoire, Société et épigraphie des mondes anciens. Mélanges offerts à Alain Tranoy*. p. 87-105.

OLIVEIRA, Jorge de; DIAS, Ana C. (1980) – Arqueologia em Marvão. In *13º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Lisboa.

OLIVEIRA, Jorge de (1985) – O menhir da Água da Cuba – Marvão. In *Actas das 1.as Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*. Comissão Regional de Turismo e Câmara Municipal de Castelo de Vide. Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de; BALESTEROS, Carmen (1989) – Levantamento Arqueológico da Barragem da Apertadura. Câmara Municipal de Marvão. Portalegre.

OLIVEIRA, Jorge de (1990) – Aspetos do megalitismo no nordeste alentejano. In *Atas do 1º Encontro Regional de História. Évora: Universidade de Évora*.

Idem (1991) – A estátua romana da Escusa (Aramenha – Marvão). *Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão*. 1, p.85-96.

Idem (1992) – A Anta dos Pombais – Marvão – notas de escavação. *Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão*. 2.

Idem (1993) – O rio Sever e as fronteiras no 3º milénio a.C.. In *Actas do Seminário Cooperação e Desenvolvimento Transfronteiriço. Câmara Municipal de Vila Velha do Ródão*.

OLIVEIRA, Jorge de; CUNHA, Susana S. (1993-4) – A cidade romana de Ammaia na correspondência entre António Maçãs e Leite de Vasconcelos. O Arqueólogo Português. Lisboa. Série IV, vol. XI-XII, p. 103-134.

OLIVEIRA, Jorge de (1996) – Cidade da Ammaia (Marvão). *Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão*. 6, p. 15-22.

OLIVEIRA, Jorge de; BAIRINHAS, António; BALESTEROS, Carmen (1996) – Inventário dos vestígios arqueológicos do Parque Natural da Serra de S. Mamede. *Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão*. 6, p. 43- 61.

- OLIVEIRA, Jorge de (1998) – Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever. Lisboa: Ed. Colibri.
- Idem (1998 b) – Antas e menires do concelho de Marvão. Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão. 8, p. 13-47.
- OLIVEIRA, Jorge de; CUNHA, Susana S.S.S. (1998) – O complexo arqueológico de Vídais na correspondência trocada entre António Maças e Leite de Vasconcelos. Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão. 8, p. 57-85.
- OLIVEIRA, Jorge de; BORGES, Sofia (1998) – Arte Rupestre no Parque Natural da Serra de S. Mamede. Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão. 8, p. 193-202.
- OLIVEIRA, Jorge de; CARVALHO, J. e BORGES, S. (1998) – Cidade Romana de Ammaia. (Brochura). Região de Turismo de S. Mamede, Corlito, Setúbal.
- OLIVEIRA, Jorge de (1999) – Cidade romana de Ammaia, S. Salvador de Aramenha, Marvão, Portugal. In II Congresso de Arqueologia Peninsular. Zamora: Universidade de Alcalá. Tomo IV, p. 129-134.
- OLIVEIRA, Jorge de (2002) – A cidade romana de Ammaia, documentos para a sua história recente. Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão. 12, p. 11-48.
- OLIVEIRA, Jorge de [et Al.] (2005) – São Salvador da Aramenha. História e Memórias da Freguesia. Jorge de Oliveira (Coord.). Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão e Junta de Freguesia de S. Salvador da Aramenha. 13.
- OLIVEIRA, Jorge de; PEREIRA, S.; PARREIRA, J. (2007) – Nova Carta Arqueológica do Concelho de Marvão, Ibn Maruán, nº especial, Colibri / C.M. de Marvão.
- OLIVEIRA, Jorge de (ed.) (2012); O Foral Manuelino de Marvão, Câmara Municipal de Marvão.
- PAÇO, Afonso do (1948) – Epigrafia Amaíense. Monografia oferecida à Academia de Ciências. Boletim da Academia de Ciências de Lisboa. Março, p. 30-31.
- Idem (1953) – Carta arqueológica do concelho de Marvão. Actas do XIII Congresso Luso-Espanhol Para O Progresso Das Ciências, Lisboa (1950). 7ª sessão, Lisboa. Ciências históricas e filológicas. Associação para o Progresso das Ciências. p. 93-127.
- Idem (1953 b) – Populações Pré e Proto-Históricas do concelho de Marvão. In XVI Congrès International de Géographie. Lisboa.
- PAÇO, Afonso do; ALMEIDA, (D.) Fernando de (1962) – Duas inscrições romanas inéditas do Museu de Marvão. Revista de Guimarães. Guimarães. Vol. LXXII.
- PATROCÍNIO, Manuel F. S. do (1995) – A cabeça zoomórfica do Museu Municipal de Marvão. Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão. 5. p. 25-39.
- PEREIRA, Sérgio et alii (2000) – Numismática ammaíense: notas preliminares. Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão. 9-10, p. 55-70.
- PEREIRA, Sérgio (2002) – Dois depósitos monetários encontrados na Porta Sul (Ammaia). Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão. 12, p. 99-134.
- Idem (2002 b) – A cabeça antropozoomórfica da Quinta do Leão. Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão. 12, p. 169-184.
- PEREIRA, Sérgio (2009) – A Cidade Romana de Ammaia, Ibn Maruán, nº especial, C.M. de Marvão / Colibri.
- REI, António (2002) – Târiq ibn Ziyâd e o seu exército em Almeida e na Cidade de Ammaia (Marvão) em finais de 711 – inícios 712. Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão. 12, p. 159-167.
- REI, António (1998) – O nordeste alentejano nos geógrafos árabes. Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão. 8, p. 247-250.
- SIDARUS, Adel (1991) – Amaia de Ibn Maruán: Marvão. Ibn Maruán. Câmara Municipal de Marvão. 1, p. 13-26.
- SOTTO MAIOR, Diogo Pereira de (1616/1984) – Tratado da Cidade de Portalegre, Introdução Leitura e Notas de Leonel Cardoso Martins. Maia: INCM – Câmara Municipal de Portalegre. reedição da edição de 1619).



Marvão visto de nascente.



Inscrição funerária árabe (séc. IX) encontrada na Serra de S.Mamede.



Limite do primitivo concelho de Marvão até ao Tratado de Alcanices



Tapeçaria de Portalegre a partir de cartão de João Tavares tentando retratar a conquista de Marvão aos mouros.



Fortaleza de Marvão



Marvão pormenor.



Baluartes seiscentistas da Porta da Traição - Marvão

ATENTADO CONTRA EL PATRIMONIO DE LA RAYA IBÉRICA

Vaciado del baluarte de San Juan de Dios en Olivenza

JUAN MANUEL VÁZQUEZ FERRERA

(Técnico Superior en Desarrollo y Aplicación de proyectos de Construcción)

LUIS ALFONSO LIMPO PÍRIZ

(Archivero-Bibliotecario, Cronista Oficial de Olivenza)

"¿Dónde ponemos los asombros?"
(J. Delgado Valhondo)



1.- LOS ANTECEDENTES

El lugar conocido en Olivenza como largo, convento o cuartel de San Juan de Dios designa tanto al edificio como al baluarte que lo rodea. [Il. nº 1]. Ambos forman parte el uno del otro, aunque sean construcciones antagónicas. El convento, un edificio religioso concebido para la oración y la contemplación, al servicio de Dios. El baluarte, una construcción militar,